



## Planalto quer censurar a mídia com criação da Agência Nacional de Comunicação, condena Semeghini

O deputado **Julio Semeghini (SP)** criticou nessa terça-feira (7) o projeto do governo federal que pretende criar a Agência Nacional de Comunicação (ANC). A ideia do Planalto é regular o conteúdo de rádio e TV no país. Segundo o jornal "Folha de S. Paulo", que teve acesso à minuta da proposta, a ANC substituiria a Agência Nacional do Cinema (Ancine) e teria poderes para multar empresas que veicularem programação considerada ofensiva, preconceituosa ou inadequada ao horário.

O texto prevê ainda a proibição de que políticos com mandato sejam donos ou controlem esses meios de comunicação, enquanto a atual legislação proíbe apenas que eles ocupem cargos de direção nas empresas. De acordo com a reportagem, não está claro no anteprojeto se a vedação atingiria quem já tem concessões. O processo de outorga de novos canais ou renovação também passaria pela nova agência, além do circuito entre Ministério das Comunicações e Congresso Nacional, e teria o passo a passo publicado na internet.

Segundo o tucano, o projeto do governo abre brechas para cercear o jornalismo e outros conteúdos de radiodifusão. Para o governo, a criação da ANC não significa censura, pois o conteúdo será analisado depois de veiculado. Mas na avaliação do deputado, a implicação de multas também é uma forma de censura. "Eu não tenho a menor dúvida de que esse processo de multa vai regular, enquadrar e limitar a liberdade de expressão no Brasil", criticou.

Para Semeghini, o setor de comunicação no Brasil ainda não está preparado para sofrer interferência direta de uma nova agência reguladora. O parlamentar considera que essa não é a melhor maneira de controlar a mídia e modernizar o setor. "O governo mais uma vez erra no mérito do assunto. Ao invés de fazer uma ação para incentivar e modernizar o sistema de comunicação, permitir parcerias e investimentos, o Planalto novamente quer criar uma agência", avaliou.



### Não é a primeira vez que o PT tenta enquadrar imprensa

→ O deputado lembrou também que embora a liberdade de expressão e de imprensa no Brasil estejam asseguradas pelo artigo 5º da Constituição, o governo do PT já demonstrou tentativas de cercear o conteúdo da radiodifusão brasileira. A primeira tentativa veio com a proposta de criação da Agência do Cinema e Áudio Visual (Ancinav), que tinha como objetivo organizar, regular, incentivar e fiscalizar as atividades audiovisuais.

## Aníbal: gastos excessivos de Lula podem deixar governo Dilma em situação penosa

A ganância desenfreada do governo Lula vai comprometer a aplicação de recursos em áreas prioritárias para a população, como Saúde e Educação, na próxima gestão do PT. Esta é a avaliação feita pelo deputado **José Aníbal (SP)** nesta terça-feira (7) sobre o anúncio de cortes generalizados no orçamento da União a partir de 2011.

Segundo reportagem do jornal "O Globo", o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem (6) que haverá uma redução de gastos e apenas projetos prioritários, como o Bolsa Família, ficarão de fora do ajuste. A decisão acontece após a campanha eleitoral em que a presidente eleita, Dilma Rousseff, afirmava que não faria ajuste fiscal caso se elegeisse. Segundo Mantega, a diminuição no orçamento não poupará nem mesmo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para Aníbal, a falta de controle sobre os gastos, principalmente nos dois últimos anos do governo petista com intenção eleitoral, começam a dar os primeiros sinais negativos. "Agora, é o jogo da verdade. A nova presidente vai realmente ter que fazer cortes em várias áreas. Inclusive e infelizmente em projetos de investimentos em que o Brasil mais precisa para gerar riqueza, crescimento e, sobretudo, empregos para a nossa gente", enfatizou.

De acordo com "O Globo", Guido Mantega informou ainda que tentará adiar a aprovação de projetos em tramitação no Congresso que elevem os gastos públicos. Entre eles, o reajuste de 56% para servidores do Judiciário e a PEC 300, que equipara os salários de PMs e bombeiros de todo o país aos do Distrito Federal.



### Presidente desmente ministro da Fazenda

→ Em cerimônia ontem (7) no Rio de Janeiro, o presidente Lula disse que se for necessário algum contingenciamento ele será feito sobre despesas de custeio e que "nenhum centavo" do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será cortado do orçamento do próximo ano.

## Nova medida provisória sobre distribuição dos royalties do petróleo criará problemas para futura gestão petista, afirma líder tucano

O anúncio do presidente Lula nesta terça-feira (7) de que deve enviar uma nova medida provisória para regulamentar a distribuição dos royalties do petróleo irá criar problemas para o governo Dilma. O petista admitiu publicamente, pela primeira vez, que deve vetar as regras aprovadas pela Câmara na última quarta-feira (1º). Para o líder do PSDB, deputado **João Almeida (BA)**, a intenção do presidente de mandar uma medida provisória para restabelecer o acordo inicialmente firmado pelo Planalto com os estados produtores é “petulante”.

O líder tucano ressaltou que a discussão da provável MP com o mesmo teor da já analisada pelo Parlamento no próximo ano é “indispensável”. “Se o presidente Lula, além de vetar, mandar para cá qualquer projeto com o espírito que ele negociou com os governadores estará criando um problema para a Dilma. Ele estará enviando um projeto para confrontação com o Congresso. Isso não é bom, mas a petulância de Lula permite que ele faça isso e pior”, destacou.

O veto presidencial deverá voltar para a apreciação no Legislativo. A mesma maioria que anteriormente aprovou a matéria na Casa será sufi-

ciente para derrubar a rejeição de Lula ao texto.

Já o deputado **Otávio Leite (RJ)** afirmou que o veto não deve ser analisado nem mesmo no próximo ano pelo Parlamento. Segundo o tucano, acreditar nisso é uma “ingenuidade”. “Em tese, o veto do pré-sal deverá ir para o último lugar da fila dos

1.400 vetos prontos para apreciação dos deputados e senadores. É uma ingenuidade imaginar que isso vá acontecer. Eles fazem rapidamente uma manobra e convocam uma sessão extraordinária para derrubada do veto”, disse o líder da Minoria no Congresso.

A proposta aprovada pelos parlamentares altera o modelo de exploração do petróleo no pré-sal de concessão para partilha e cria um fundo social para a aplicação dos recursos dessa produção. A mudança garante a divisão de receitas provenientes da exploração dos estados produtores com todas as unidades da federação.

**1.400**

É o número de vetos do presidente Lula sobre projetos aprovados pelo Congresso e prontos para apreciação dos deputados e senadores



## Situação da obra de Belo Monte é de impasse, avalia Flexa Ribeiro

Presidente da subcomissão que acompanha as obras da usina de Belo Monte, o senador **Flexa Ribeiro (PA)** ressaltou nesta terça-feira (7) a importância da implantação desse projeto para o país, mas afirmou que a situação é de “impasse”. De um lado, o Ministério Público Federal exige definição da fonte dos investimentos e o Ibama de outro, o cumprimento de determinadas condições ambientais para autorizar o início da instalação dos canteiros de obras.

Por isso, o tucano defende que o tema seja melhor debatido no colegiado do Senado como na audiência pública de ontem, onde foram discutidos os problemas na obtenção das licenças ambientais necessárias para começar o empreendimento.

“É preciso que a obra seja implantada atendendo as condições não só da necessidade de geração e da viabilidade econômica, mas que atenda também a questão do impacto ambiental e social”, avaliou o senador. De acordo com o parlamentar, é preciso que esses impactos sejam analisados com ações concretas e não só com promessas, pois à medida que a obra for sendo executada, os problemas poderão surgir e isso acarretará em prejuízos para os cofres públicos.

O coordenador da transição do governo no Estado do Pará, Sérgio Leão, afirmou que a gestão de Simão Jatene (PSDB) vai acompanhar todo o processo de instalação dos canteiros de obras, bem como o andamento do empreendimento. De acordo com Leão, o governador eleito quer garantias de que a construção da usina não causará transtornos à sociedade devido a erros no projeto, como já aconteceu com outras grandes obras no estado.



### R\$ 2,1 bilhões para sanar problemas ambientais

■ Segundo o diretor-presidente do Consórcio Norte Energia, Carlos Nascimento, o Ibama só autorizará o início das obras quando todas as condicionantes forem cumpridas. Ele informou que as exigências ambientais terão um custo de R\$ 2,1 bilhões e que o BNDES já aprovou a consulta prévia do processo de financiamento. Ainda há três fases até a liberação dos recursos. Nascimento explicou que uma delas depende da licença para instalação do empreendimento.

### Leia também em nosso blog:

- Direto do Plenário, com o deputado Marcelo Itagiba (RJ) e os senadores Papaléo Paes (AP) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Twitter, com os deputados Eduardo Barbosa (MG), Vanderlei Macris (SP), Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e Silvio Torres (SP)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>